

**A violência contra crianças e a insuficiência de políticas públicas para sua
prevenção no Brasil**

Isabela Alves Mattos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: isabelaamattos@yahoo.com.br

Elton Moreira Quadros
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: elton.quadros@uesb.edu.br

413

Palavras-chave: Violência. Criança. Políticas públicas

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças é uma grave violação dos direitos humanos que poderá afetar o desenvolvimento físico, psicológico e emocional das suas vítimas. No Brasil, os dados sobre violência infantil revelam um cenário permeado por elevados índices de abusos físicos, psicológicos e sexuais, apesar da estimada subnotificação das ocorrências. Embora existam algumas iniciativas de políticas públicas voltadas para a proteção da infância, essas medidas têm se mostrado insuficientes para combater e prevenir eficazmente os eventos. Este trabalho busca contemplar a discussão sobre a violência contra crianças no Brasil, destacando para o reduzido número de políticas públicas robustas e eficazes para a sua prevenção.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão de literatura sobre violência infantil e políticas públicas no Brasil. Foram analisados artigos acadêmicos, relatórios de organizações não governamentais (ONGs) e documentos oficiais de órgãos governamentais, bem como, a legislação vigente.

Realização:



Apoio:



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam que a violência contra crianças no Brasil é um fenômeno complexo e multifacetado, que se manifesta de diversas formas, incluindo abuso físico, psicológico, sexual e negligência. A análise dos dados estatísticos mostra que, embora se estime que um número reduzido das ocorrências chegue ao conhecimento das autoridades e organizações, os dados oficiais são alarmantes.

Consoante informações publicadas pelo relatório da ChildFund Brasil (2023), no ano de 2021 foram registrados 186.862 casos de denúncia de violação aos direitos da criança de até 9 anos de idade pelo Disque Denúncia Nacional (Disque 100). Os números apontam para as ocorrências de violência psicológica e física como as mais recorrentes, representando 25,1% e 44,3% das notificações respectivamente.

Apesar dos dados demonstrarem altos índices de eventos violentos no país, a literatura especializada e os relatórios publicados por organizações governamentais e não governamentais (ONGs) são unânimes ao relatar a estimada subnotificação dos casos de violação dos direitos da criança (Arpini *et al.*, 2008; Rolim *et al.*, 2014). A subnotificação é um problema significativo que deve ser combatido não apenas com o aumento das denúncias, mas também por meio de diagnósticos, pesquisas e análises essenciais para gerar visibilidade e expandir as formas de compreensão sobre a questão.

Consoante descreve o relatório da ChildFund Brasil (2023), entre os diversos fatores que podem explicar a ausência de visibilidade para a prática da violência contra crianças e adolescentes, reside no fato de que os maus tratos, especialmente o físico e o psicológico, ainda serem validados como forma de educação infantil, especialmente no âmbito doméstico. Muitas famílias não se percebem como violentas, pois geralmente são compostas por adultos que foram criados em ambientes onde a disciplina violenta fazia parte da educação.

Embora a legislação brasileira seja uma das mais avançadas do mundo e hajam iniciativas de políticas públicas voltadas para a proteção da infância, os elevados índices de agressões nos levam a refletir sobre a insuficiência dessas medidas para combater e prevenir eficazmente a violência contra os mais vulneráveis.

Realização:



Apoio:



Carvalho *et al.* (2008) ressalta que os principais fatores determinantes para a presença da violência advêm do aumento das desigualdades socioeconômicas, somados aos insuficientes recursos financeiros e da ausência de políticas públicas condizentes com as necessidades da população. Outro ponto crítico a ser apontado é escassez de políticas preventivas. A maioria das ações governamentais é reativa, focando na assistência às vítimas após a prática das agressões, em vez de investir em programas educativos, campanhas de conscientização e apoio às famílias vulneráveis.

A insuficiência de recursos financeiros e humanos destinados a programas de prevenção e proteção infantil também se mostra como obstáculo significativo no combate à violência contra as crianças. Sem um financiamento adequado, muitas iniciativas são limitadas em alcance e impacto. Além disso, a falta de uma estrutura coesa e integrada entre os diferentes órgãos governamentais e instituições parceiras resulta em esforços fragmentados, que muitas vezes não conseguem proporcionar uma resposta eficaz e abrangente às necessidades dos mais vulneráveis (Carvalho *et al.*, 2008).

Outra problemática importante é a deficiência de uma abordagem interdisciplinar das políticas públicas existentes. Muitas vezes, as iniciativas focam em aspectos isolados da violência infantil, como a punição dos agressores ou a assistência imediata às vítimas, sem considerar a complexidade do problema. Para que as políticas sejam verdadeiramente eficazes, é necessário adotar uma perspectiva que envolva educação, saúde, assistência social e justiça de forma coordenada. Além disso, a formação e capacitação contínua de profissionais que atuam nessas áreas são cruciais para garantir uma intervenção adequada e sensível às particularidades de cada caso (Costa *et al.*, 2015). A falta de investimentos em programas de capacitação contribui para a perpetuação de abordagens ineficazes e, muitas vezes, revitimizadoras.

CONCLUSÕES

A violência contra crianças no Brasil é um problema grave e persistente que exige uma resposta mais robusta e integrada das políticas públicas. O trabalho busca evidenciar para a necessidade urgente de reforçar e expandir as medidas preventivas, além de garantir a implementação eficaz das políticas existentes.

Realização:



Apoio:



A conscientização da população e das famílias sobre os impactos negativos da violência infantil é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e segura. Portanto, é imprescindível que o governo, em parceria com organizações não governamentais e a sociedade civil, desenvolva e implemente programas educacionais e campanhas de sensibilização que abordem o tema de forma abrangente e contínua.

REFERÊNCIAS

ARPINI, D. M., *et al.* A revelação e a notificação das situações de violência contra a infância e a adolescência. **Psicol. rev.** (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 95-111, dez. 2008.

CARVALHO, Q. C. M., *et al.* Violência contra crianças e adolescentes: reflexão sobre políticas públicas. **Ver. Rene**, ISSN-e 2175-6783, Vol. 9, Nº. 2, 2008.

CHILDFUND BRASIL. Pesquisa Nacional da Situação de Violência contra as Crianças no Ambiente Doméstico / coordenação Águeda Pacheco de Melo Barreto, Cristiano Silva de Mour. 1. ed. Belo Horizonte, MG: **Fundo Para Crianças**, 2023.

COSTA, D. K. G. da., *et al.* Concepções e práticas dos profissionais de saúde acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, p. 79–95, 2015.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 871–880, mar. 2016.

ROCHA, G. O. R. da.; LEMOS, F. C.; LIRIO, F. C. Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola. **Cadernos De Educação**, (38).

ROLIM, A. C. A., *et al.* Subnotificação de maus-tratos em crianças e adolescentes na Atenção Básica e análise de fatores associados. **Saúde Em Debate**, 2014, 794–804.

Realização:



Apoio:

